



Dados - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 0011-5258

dados@iesp.uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

de Aragão Ballestrin, Luciana Maria
Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial
Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 60, núm. 2, 2017, pp. 505-540
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21853111007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial*

Luciana Maria de Aragão Ballestrin

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil. E-mail: luballestra@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os termos “colonialismo” e “imperialismo” foram cunhados na transição do século XIX para o XX e tornaram-se indispensáveis para o entendimento das diferentes dinâmicas de expansão do capitalismo moderno no interior do sistema interestatal. Ao longo do século XX, uma vasta literatura sobre imperialismo foi desenvolvida por diferentes correntes, destacadamente no domínio do marxismo. Desde aí, as palavras império e imperialismo foram negatizadas tanto pela crítica teórica marxista, quanto pela luta concreta de movimentos sociais e políticos, vinculando-as às formas de exploração, dominação e violência econômica internacional.

Ainda que uma teoria do imperialismo não possa ser encontrada em Marx e Engels, a colonização a partir da “América” foi posta como marco importante para a acumulação primitiva do capital (Marx, 2013:821), e a polêmica interpretação sobre o colonialismo britânico na Índia revelou a impossibilidade de emancipação humana fora dos

* Agradeço os comentários, críticas e sugestões dos pareceristas anônimos de *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Agradeço também as críticas de Ilan Kapoor e dos colegas da rede “Colonialidades e Política Internacional” por ocasião da apresentação do primeiro *draft* deste artigo em 2013, assim como o importante incentivo dos estimados José Manuel Pureza e Breno Bringel para prosseguir com o desenvolvimento do conceito central deste texto.

DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 60, nº 2, 2017, pp. 505 a 540.

limites do progresso, evolucionismo e eurocentrismo no pensamento marxiano (Marx e Engels, s/d)¹.

Apesar da antiguidade das manifestações imperiais e coloniais ao longo da história do mundo, a hegemonia da força explicativa pelo marxismo do fenômeno imperial provém em parte da sua associação diferencial, constitutiva e vinculante com o desenvolvimento do sistema capitalista na modernidade. Seu início, metaforicamente sugerido no ano de 1492 por Dussel (1993), constituiu pela primeira vez um sistema econômico globalmente interconectado, o sistema mundo moderno/colonial (Quijano e Wallerstein, 1992).

As interpretações sobre a escalada imperial europeia de 1870 até as duas grandes guerras mundiais marcaram o debate clássico sobre imperialismo da primeira metade do século XX². Neste contexto, marxistas, sociais-democratas e liberais ofereceram diferentes interpretações sobre suas causas e dinâmicas de funcionamento. O imperialismo como produto do capitalismo e o colonialismo como produto do imperialismo foram elaborados em diferentes direções; tratava-se não somente de definir o conceito de imperialismo, mas também de dispor teoricamente sobre sua vinculação como crise, sobrevivência e estágio do capitalismo. A noção de “imperialismo capitalista” marcaria a especificidade do imperialismo no capitalismo (Lenin, 2012; Wood, 2014), ainda que todas as fases do capitalismo possam ser consideradas como imperialistas (Mascaro, 2013).

A importância desta discussão inaugural concentrada no imperialismo econômico europeu é comumente reconhecida e retomada, mas apontada como historicamente datada para a compreensão das formas mais contemporâneas de imperialismo. Este diagnóstico, longe de ser uma novidade, estendeu-se também para o fenômeno do colonialismo. A atualização teórica e conceitual de ambos os fenômenos é constante na tentativa de acompanhar a própria expansão concreta, contínua e em curso do sistema capitalista. E aqui chama-se atenção para uma divisão do trabalho teórico sobre imperialismo e colonialismo, respectivamente, entre marxismo e pós-colonialismo.

Ao explorar esta hipótese, este artigo questiona particularmente a versão decolonial do pós-colonialismo, projetada desde a América Latina, em relação ao seguinte ponto específico: é possível pensar em colonialidade, como o outro lado da moeda ou face constitutiva da modernidade, sem a noção de imperialidade? Basicamente, o colonialismo

pode sobreviver e ser reproduzido sem o imperialismo? Se a colonialidade é a lógica do colonialismo, mesmo após o processo formal de descolonização, semelhante raciocínio não pode ser aplicado à imperialidade, como lógica transcendente do imperialismo? Respondendo negativamente às duas primeiras perguntas e afirmativamente à última, procuro argumentar que a dissociabilidade entre colonialismo e imperialismo – e, logo, entre colonialidade/imperialidade – obscurece um dos polos relacionais para o entendimento da produção da colonialidade, afetando os prognósticos e perspectivas normativas e concretas para sua superação.

O artigo está dividido em duas partes principais. Na primeira, discuto o redirecionamento do debate sobre imperialismo e colonialismo a partir dos anos 1960 e a relação entre marxismo e pós-colonialismo. Na segunda, realizo uma crítica ao grupo Modernidade/Colonialidade daqui para frente M/C, para articular o conceito de imperialidade – diga-se, já pensado por alguns autores – como capaz de compatibilizar e contemplar ambas abordagens e contribuir para a discussão atual sobre imperialismo e decolonização no século XXI.

COLONIALISMO E IMPERIALISMO NO DEBATE PÓS-COLONIAL

No século XIX, o período pós-colonial da América Latina, diversos ensaístas e autores latino-americanos já puderam observar as pretensões imperiais dos Estados Unidos em relação ao sul continental – Francisco Bilbao, José Martí, José Enrique Rodó, para lembrar apenas alguns. A hegemonia econômica e militar estadunidense, porém, foi construída e projetada mundialmente ao longo de todo o século XX, simbolizada na construção das Nações Unidas em 1948 e na queda do Muro de Berlim em 1989. O movimento de descolonização de 1960 é simbolicamente importante para o entendimento da transição dos imperialismos ocidentais: o continente “Europa” cedeu lugar para o “país” Estados Unidos. Em ambos os casos, a região que em 1856 foi batizada como “América Latina” pelo jornalista colombiano José María Torres Caicedo³ foi duplamente o primeiro grande laboratório da experiência colonial e imperial moderna: do colonialismo europeu do século XVI e do imperialismo estadunidense do século XX. A transformação da condição pós-colonial para a condição imperial na trajetória dos Estados Unidos criou uma fratura geopolítica no continente americano e uma especificidade nos ciclos coloniais, anticoloniais, pós-coloniais e imperiais no interior das Américas⁴.

Atualmente, a expressão Sul Global, na qual a América Latina está inserida, representa em grande parte a categoria “Terceiro Mundo” criada nos meados dos anos 1950. Chama-se atenção para o fato de que, naquele contexto, o continente atravessava um processo muito diverso dos países que naquele momento e posteriormente protagonizaram os movimentos de libertação, revolução e independência na África, Ásia, Pacífico e Caribe.

Entre os anos 1950 e 1970, foi significativa a produção teórica latino-americana sobre desenvolvimento, dependência e libertação de um lado, e sobre colonialismo, racismo e negritude de outro. Neste período, as diferentes dinâmicas alimentadas pela Guerra Fria colocavam às condições coloniais e imperiais seus termos ideológicos. No mundo das (ex)colônias, o terceiro-mundismo, o grupo dos não alinhados e o movimento de descolonização; no mundo dos impérios não mais europeus, a bipolaridade entre capitalismo e comunismo. Os imperialismos estadunidense e russo insuflaram dinâmicas internas bem diferentes na Ásia, África e América Latina. No caso da América Latina, fora amplamente documentado o apoio estadunidense às ditaduras civis-militares de segurança nacional, ainda que suas causas não possam ser resumidas e explicadas unicamente por ele.

De uma maneira geral, a problematização tanto política quanto teórica dos fenômenos do colonialismo e do imperialismo desde os anos 1960 é relativamente desconectada, isto é, ambos os fenômenos são tratados de maneira apartada. A política oficial das Nações Unidas reconhece a existência de dezesseis territórios não autônomos e coloniais na atualidade⁵ (United Nations, 2014). O Comitê Especial para a Descolonização trabalha desde sua criação, em 1962, para supervisionar a Declaração sobre a Concessão da Independência dos Países e Povos Coloniais de 1960, com metas a cada década para eliminação do colonialismo – o período entre 2011 e 2020 constitui seu terceiro decênio internacional. Este reconhecimento do fenômeno do colonialismo não acompanhou, contudo, o mesmo reconhecimento em relação ao imperialismo; isso porque a descolonização, embora oficialmente reconhecida como incompleta, teria eliminado formalmente o imperialismo moderno europeu.

Esta percepção produziu impactos na própria teorização sobre imperialismo e colonialismo. Enquanto as tentativas de atualizar o imperialismo foram e são concentradas principalmente no âmbito do

marxismo, paralelamente, o pós-colonialismo foi firmado como um conjunto de teorias preocupadas com o colonialismo. O diagnóstico da não superação do colonialismo e do imperialismo foi compartilhado, porém, tanto por autores marxistas quanto pós-coloniais. Impunha-se como preocupação, para ambas vertentes, a resiliência das dinâmicas neocoloniais na condição pós-colonial, marcada por um novo e aparente contexto histórico descolonizado. Em 1965, o pan-africanista Kwame Nkrumah anunciava, na introdução de seu livro *Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo*: “o neocolonialismo de hoje representa o final do imperialismo e talvez seu estágio mais perigoso” (2014 [1965]).

Desde aí estabeleço pelo menos três fases do pós-colonialismo. Os escritos pós-coloniais precursores possuíram uma forte ligação com o anticolonialismo revolucionário, com as lutas de libertação nacional e com os movimentos de independência, sobretudo na África e na Ásia. Aquilo que podemos chamar de um “pós-colonialismo anticolonial” reuniu intelectuais, ativistas e lideranças, deixando uma produção dispersa, não necessariamente acadêmica, institucionalizada e disciplinada. Na condição pós-colonial, em um sentido temporal estrito, o neocolonialismo começava a ser debatido, sobretudo, como entrave da verdadeira descolonização. Os escritos desta época variaram de discursos políticos à poesia, envolvendo pensadores latino-americanos, africanos e europeus (sobretudo, franceses): Amílcar Cabral, Che Guevara, Frantz Fanon, Ho Chi Minh, Jean-Paul Sartre, Aimé Césaire e Albert Memmi foram alguns nomes marcantes desta geração. Com influências da psicanálise, do pan-africanismo, do pensamento afro-diaspórico e do marxismo revolucionário, a questão da identidade já ali aparecia como fundamental na problematização do colonizado *versus* colonizador e do racismo a serviço do colonialismo.

O “pós-colonialismo canônico” ou “pós-estrutural” foi inaugurado em 1978, com a obra definitiva de Edward Said *Orientalismo* (2007), cujo projeto consistiu em demonstrar, através da análise discursiva de textos literários e culturais europeus, a invenção do Oriente pelo Ocidente como um estereótipo estratégico para a manutenção do poder colonial e imperial europeu. Nesta versão mais conhecida, o argumento pós-colonial foi fortemente influenciado pelos estudos pós-estruturais, pós-modernos, desconstrutivistas, culturais e subalternos indianos. Na conjuntura da globalização ascendente e da evidência do multiculturalismo dos anos 1980, as questões sobre identidade – agora

em termos de mais outra “diferença” – foram trabalhadas de forma mais ou menos críticas, considerando a intensificação das fraturas subalternizadas de classe, gênero e raça ou a valorização da diáspora e do hibridismo criativos resultados do encontro colonial. Com Edward Said, Gayatri Spivak, Paul Gilroy, Stuart Hall, Homi Bhabha são alguns dos autores mais representativos do cânone pós-colonial.

Uma terceira fase do pós-colonialismo, a “decolonial”, foi desenvolvida a partir da dissolução da versão latino-americana do Grupo de Estudos Subalternos (1992-1998) e a criação do programa de investigação M/C, em 1998. A perspectiva decolonial procura recuperar as contribuições latino-americanas do pós-colonialismo anticolonial, ao mesmo tempo em que pretende se afastar do cânone pós-colonial, inserindo a América Latina no debate e radicalizando a crítica à modernidade e ao eurocentrismo. A versão pós-colonial latino-americana – que certamente recusaria este rótulo para si – constrói seus argumentos com as bases do pensamento latino-americano, filosofia da libertação, teoria da dependência, teoria do sistema-mundo, grupos indiano e latino-americano de estudos subalternos, filosofia afro-caribenha e feminismo latino-americano (Restrepo e Rojas, 2010). Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, Santiago Castro-Gómez, Eduardo Restrepo, Arthuro Escobar – sem esquecer dos já clássicos Aníbal Quijano, Enrique Dussel e mesmo Immanuel Wallerstein – são apenas alguns expoentes e/ou interlocutores desta renovação do pós-colonialismo no contexto pós-neoliberal da América Latina, estimulada pelos processos de refundação de Estado e do novo constitucionalismo latino-americano, especialmente na Bolívia e no Equador. O diagnóstico da colonialidade como a face oculta da modernidade, a lógica continuada do colonialismo através da colonialidade do ser, do saber e do poder e as propostas de descolonização epistêmica por um giro decolonial são algumas importantes contribuições para o debate global e atual sobre o pós-colonialismo (Ballestrin, 2013).

Sabe-se que genealogias e arqueologias do trabalho intelectual não conseguem esgotar ou captar sua totalidade, sendo sempre escolhas recortadas e abertas a contestações – especialmente, quando se tem em conta que períodos pós-coloniais foram diferentes nas regiões e zonas marcadas pelo colonialismo. Esta breve genealogia do pós-colonialismo oferecida – sem a pretensão de fechá-la ou esgotá-la e consciente de que um número muito expressivo de autores e autoras enquadrados na

chave pós-colonial não foram mencionados acima – permite uma rápida exploração da relação com o marxismo em termos de ênfase analítica e críticas mútuas.

Em primeiro lugar, nota-se que o pós-colonialismo em suas diferentes versões se preocupou, sobretudo, com os impactos do colonialismo em três âmbitos principais: político, cultural e intelectual. As tensões entre poder, subjetividade, identidade, representação e conhecimento são uma preocupação central para o estudo do colonialismo sob tal perspectiva crítica. Para o núcleo desta literatura, estes aspectos são fundamentais para o entendimento do exercício do poder colonial e imperial, que produz e reforça uma desigualdade específica e transversal àquelas relacionadas com classe, gênero e raça. Esta ênfase analítica que privilegiou análises sobre representações culturais, identitárias, psicanalíticas, linguísticas, discursivas e literárias, foi criticada por uma série de autores marxistas e não marxistas, principalmente nos anos 1980 e 1990.

Neste período, o próprio termo “pós-colonialismo”, disseminado em importantes universidades anglófonas do norte global, foi objeto de diversas disputas e críticas acadêmicas em torno de seu entendimento e definição. No contexto da globalização ascendente, da evidência do multiculturalismo e da proliferação das escolas europeias embaladas pelos “pós”, o pós-colonialismo foi criticado pela sugestão ambígua de superação do colonialismo, pelo culturalismo exacerbado incapaz de problematizar o sistema material e econômico do capitalismo – e, logo, do colonialismo e do imperialismo – e pela projeção de certa elite intelectual, cuja crítica pós-colonial era enunciada desde o “Primeiro Mundo”.

Em outras palavras, o cânone da crítica ou razão pós-colonial desenvolveu-se dentro dos constrangimentos da modernidade eurocêntrica que pretendia confrontar, reproduzindo a dinâmica global da dependência acadêmica e despolitizando o debate (Shoat, 1992; Dirlik, 1994; Ahmad, 2002). O principal lugar de enunciação e de elaboração teórica do pós-colonialismo foi o norte global, ainda que alimentado e inspirado pelas dramáticas experiências do sul. Isso fez com que muitos autores apontassem a grande autocontradição do pós-colonialismo: por seus polos universitários difusores e principais influências teóricas, a produção de suas teorias permaneceria comprometida com o an-

glo(euro)centrismo que o mesmo pretendia criticar. Era assim denunciado o “imperialismo” do pós-colonialismo (Mignolo, 1998).

Pós-colonialismo, Marxismo e Pós-imperialismo

Diante do volume de críticas, o pós-colonialismo ofereceu diferentes respostas e defesas que não convêm ser aqui exploradas. O que chamo atenção é que a crítica de autores como Dirlik, Ahmad e Shoat mostrou como a negligência dos processos e das dinâmicas da exploração econômica colonial e imperial inclinava o pós-colonialismo a flertar com as tendências da moda acadêmica à época, negligentes, conviventes ou simpáticas à pós-modernização e neoliberação do mundo e da economia. À diferença do estruturalismo, por exemplo, o colonialismo era e é um processo histórico concreto; daí que o prefixo pós- poderia adquirir um sentido expressamente político e ideológico.

Estas críticas, contudo, foram destinadas a um momento particular do pós-colonialismo, ou seja, aquele que acima chamei de “pós-colonialismo canônico”, responsável, ao final, pela evidência e institucionalização desta corrente em diferentes departamentos das ciências humanas e sociais nos Estados Unidos e na Inglaterra. Contudo, mesmo operando a partir das três versões do pós-colonialismo, é possível verificar a influência dos escritos marxianos e marxistas em diversos de seus autores. O pós-colonialismo anticolonial talvez seja o mais repleto de exemplos.

Nascidos na Martinica da região antilhana, Aimé Césaire e seu discípulo Frantz Fanon foram intelectuais afro-caribenhos fundamentais para o entendimento da desumanização provocada pelo colonialismo, tanto sobre o colonizado quanto sobre o colonizador. Já em 1955, Césaire (1978:13) foi implacável ao denunciar a barbárie da civilização e da razão europeias na empreitada colonial: “A Europa é indefensável”. O colonialismo descivilizou e embruteceu o colonizador; coisificou e inferiorizou o colonizado. A interpretação de Aimé sobre o nazismo, o colonialismo aplicado à própria Europa, foi perturbadora: o que fez de Hitler um homem imperdoável não foi “o crime em si; o crime contra o homem, não [foi] a humilhação do homem em si, [foi] o crime contra o homem branco” (*ibidem*:18; ênfases no original). Comunista, Césaire trabalhou e desenvolveu anteriormente a noção de negritude (*négritude*), que, apesar de desagradar Fanon, posteriormente foi inspi-

radadora para o movimento negro e ponto de inflexão importante para o marxismo negro.

O vínculo inseparável entre colonialismo e racismo foi radicalizado por Frantz Fanon, cuja produção mais recente sobre sua obra supera em número a do próprio autor. Em um primeiro momento, Fanon foi resgatado por importantes expoentes pós-coloniais (Said, Parry, Hall, Bhabha, entre outros), sendo mais ultimamente reivindicado como precursor latino-americano do pensamento decolonial (Oto, 2012). A história de Fanon, porém, conectou-se mais com a Argélia africana – pela qual lutou via exército de libertação nacional – e com a França colonizadora, onde realizou grande parte dos seus estudos. Sua formação e atuação psicanalítica e psiquiátrica, associada ao seu espírito revolucionário anticolonial e marxista, foi responsável por originar uma obra potente e influente, ainda que não vasta. Ao adentrar na psique do colonizado, destruída pelo colonialismo e permitida por sua própria experiência relativamente curta de vida, Frantz Fanon cortou a própria carne: “mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem” (Fanon, 2008:26). Fanon foi um marxista freudiano de certa forma herético. Quanto à Marx, afirmava que a ausência de infraestrutura nas colônias acabava por equivalê-la à superestrutura (Gordon, 2009:129): logo, para Fanon, “se é rico porque se é branco, se é branco porque se é rico”. Basicamente, o colonialismo era o motor do racismo. Quanto à Freud, questionava várias categorias psicanalíticas: “o complexo de Édipo longe está de surgir entre os negros” (Fanon, 2008:134). Basicamente, o colonialismo era a própria patologia (Loomba, 2005).

O colonialismo – e não a “modernização” ou a modernidade –, ao desmontar a estrutura psíquica teorizada exclusivamente para os brancos, produziu uma consequência central para Fanon: o fato de “o negro [querer] ser branco” (Loomba, 2005:27). É precisamente para tentar compreender o “racismo dos negros contra o negro” (Gordon, 2008:15) que Fanon se valeu da metáfora lacaniana da ilusão do espelho, de reflexo branco: “a miserável esquizofrenia da identidade colonizada” (Loomba, 2005:124). O sofrimento e a opressão do racismo colonial produziram sobre o negro a necessidade/desejo de usar uma máscara branca para esconder sua condição. Em várias passagens do texto, o próprio Fanon coloca-se neste lugar, uma zona de não ser, expondo as feridas da discriminação e do preconceito por ele mesmo sofrido no mundo “civilizado”: “Olhe o preto!... Mamãe, um preto!” (Fanon,

2008:106). O negro, afinal, era uma criação do branco, da mesma forma que a Europa fora, literalmente, uma criação do Terceiro Mundo.

Estes dois exemplos são interessantes para observar que o anticolonialismo de inflexão marxista abriu muitas portas para futuros questionamentos em relação ao eurocentrismo do próprio marxismo e ao eurocentrismo de forma geral no interior do pós-colonialismo. Além disso, a influência de Gramsci em Said, Hall e Spivak – e na própria releitura da historiografia indiana pelos *Subaltern Studies* a qual primeiramente ela se filiou – evidenciou o agenciamento do subalterno e subalternizados pelo colonialismo.

A crítica ao marxismo, porém, ganhou tons mais sistemáticos de alguns expoentes do grupo M/C – acima referido como o pós-colonialismo de inflexão decolonial –, sobretudo, em Mignolo e Grosfoguel. Trata-se de uma crítica bastante seletiva, principalmente, ao constatar que alguns dos principais expoentes deste programa de investigação possuem uma forte vinculação e influência marxista – especialmente, Quijano, Dussel e Wallerstein – e que o próprio Mignolo militou no marxismo durante sua juventude (Rivera Cusicanqui, 2010). Quando remetidas à década de 1970, a produção daqueles três autores sobre desenvolvimento, dependência, filosofia da libertação e sistema-mundo somaram-se ao movimento intelectual crítico e terceiro-mundista inicialmente mencionado, paralelamente à própria gestação do segundo pós-colonialismo. Capitalismo, colonialismo e imperialismo foram, com efeito, três processos sobre os quais diversos autores latino-americanos debruçaram-se. Mas o grupo representado por Mignolo resgata mais a produção sobre o colonialismo do que sobre o imperialismo. Ainda assim, pouca atenção se presta a reelaboração de Pablo González Casanova (2006) sobre colonialismo interno. E o original conceito de subimperialismo elaborado por Ruy Mauro Marini (1977), por exemplo, não possui lugar no M/C.

Apesar das críticas mútuas, diversos autores trabalham com a improdutividade desta suposta incompatibilidade entre marxismo e pós-colonialismo (Loomba, 2005; Mellino, 2008; Slater, 2010). A ênfase na economia política em um nível sistêmico e estrutural do marxismo, por um lado, e a ênfase na cultura, política e conhecimento em um nível mais micro do pós-colonialismo, por outro, não precisam ser excludentes e podem ser complementares. A força desta afirmação se assenta em três movimentos: (1) a mudança e a transformação das formas que

o colonialismo e o imperialismo assumiram após a descolonização; (2) o equívoco do tratamento em separado entre os dois fenômenos imbricados e relacionados; (3) as tentativas teóricas em combinar ambas abordagens para o melhor enfrentamento teórico e prático do problema. Estes dois últimos pontos serão tratados na próxima seção.

O primeiro aspecto remete às mudanças no interior do próprio sistema capitalista, o papel hegemônico exercido pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra e a percepção de que o colonialismo e o imperialismo, apesar da motivação econômica primeira, são processos capazes também de invadir diferentes aspectos da vida pessoal e coletiva nos âmbitos internos – em termos subjetivos, intelectuais, epistemológicos, culturais e políticos. Ou seja, as forças “extraeconômicas”, para utilizar a expressão de Wood (2014:17), extravasam as questões envolvendo produção, classe, trabalho e lucro, sendo fundamentais para o entendimento da coerção econômica em si. As noções de orientalismo, ocidentalismo e eurocentrismo debruçam-se de fato sobre outras materialidades importantes e igualmente constitutivas das lógicas imperiais e coloniais. Da mesma forma, torna-se importante entender os dispositivos da colonialidade do ser e do saber, essa associada às diferentes formas de colonialismo e imperialismo intelectual e acadêmico (Alatas, 2003), já denunciada pela sociologia terceiro-mundista, inclusive, latino-americana e brasileira. Estas preocupações que, de diferentes maneiras, ocuparam o pensamento social e político latino-americano absolutamente não são novas e lhe foram de certa forma constitutiva – da nordomania de José Rodó, ao marxismo indígena precursor de José Carlos Mariátegui, à sociologia autônoma de Guerreiro Ramos, à filosofia libertadora de Enrique Dussel.

Mais recentemente, o problema do colonialismo foi colocado em termos de colonialidade global (Grosfoguel, 2008; Escobar, 2004), colonialismo transnacional (González Casanova, 2006) e recolonização (Held, 1995). Da mesma forma, fala-se em um novo imperialismo (Harvey, 2003), imperialismo multinacional (Ferro, 2008) e Império (Hardt e Negri, 2012). A palavra descolonização, por seu turno, retornou ao vocabulário acadêmico absorvendo diferentes sentidos e promovendo diferentes significados em relação à emancipação e à libertação. “De(s)colonizar” passou a ser uma espécie de significante vazio, no sentido em que Ernesto Laclau empregava o termo.

Grande parte das elaborações mais contemporâneas sobre imperialismo inevitavelmente se deparam com a questão da globalização, do

neoliberalismo, da arquitetura internacional do sistema financeiro, da multipolaridade, das corporações multinacionais e do estágio atual do capitalismo, cujas características foram mais perfeitamente desenhadas nos anos 1970. Neste contexto, decifrar a hegemonia em termos imperiais dos Estados Unidos recai no paradoxo contrário do colonialismo sem imperialismo da década de 1960, ou seja, o imperialismo sem colonialismo, ou melhor, sem colônias formais, com poucas exceções. Ou seja, o imperialismo passou a se movimentar de uma maneira mais informal e nebulosa (Flint e Taylor, 2011; Cox, 2005).

Esta percepção não está presente na obra *Cultura e Imperialismo*, de Edward Said, de 1993 (2011), um dos poucos autores pós-coloniais a enfrentar o problema do imperialismo. À época de *Orientalismo*, Said recebeu e rebateu uma série de críticas, sendo que uma das mais significativas estava relacionada com o fato de o autor não ter considerado a própria resistência ao colonialismo e ao domínio ocidental, que afinal marcara o movimento de descolonização do Terceiro Mundo (Ahmad, 2002; Loomba, 2005). Justamente por isso, *Cultura e Imperialismo* surgiu como sua continuidade e resposta: “em quase todos os lugares do mundo não europeu a chegada do homem branco gerou algum tipo de resistência” (Said, 2011:10). Logo de início, Said opta por uma definição mais clássica de imperialismo e colonialismo:

Usarei o termo “imperialismo” para designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; o “colonialismo”, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes. (...). Em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo como veremos, sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais (*ibidem*:42-43; ênfases no original).

Atualmente, tais definições pouco auxiliariam na compreensão das novas formas de imperialismo e de colonialismo. No entanto, este objetivo não foi proposto por Edward Said. A tentativa mais audaciosa e problemática em atualizar o problema do imperialismo foi publicada alguns anos depois – 2000 – por Antônio Negri e Michael Hardt, na trilogia inaugurada por *Império* (2012).

No espaço deste artigo, seria impossível reproduzir a extensão de críticas recebidas pelo livro, tampouco sua particular proposta. Mas, ape-

sar de alguns bons momentos, *Império* contribuiu pouco para a explicação do imperialismo em seus novos contornos, apostando na reação do também controverso conceito de Multidão que vigorou em importantes encontros altermundialistas, a exemplo do Fórum Social Mundial. Em várias passagens do texto, o imperialismo atual ganha traços poéticos de difícil compreensão: “o conceito de Império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo Império não tem limites” (Hardt e Negri, 2012:14); “o Império exaure o tempo histórico, suspende a História, e convoca o passado e o futuro para dentro de sua própria ordem ética. Em outras palavras, o Império apresenta sua ordem como algo permanente, eterno e necessário” (*ibidem*: 29); “o inimigo é, ao contrário, um regime específico de relações globais que chamamos de Império” (*ibidem*: 65).

A fluidez e a vagueza do sujeito do Império e da Multidão acompanham uma hiperdesterritorialização do poder de tal forma que as noções de centro, periferia e semiperiferia não possuem mais lugar na geopolítica mundial; o Império seria um “não lugar” pós-moderno nas palavras dos próprios autores (Boron, 2002; Castro-Gómez, 2005). A crítica marxista de Boron traz um extenso elenco de autores simplesmente desconsiderados por Hardt e Negri e que foram fundamentais para o entendimento do imperialismo e do capitalismo no pós-guerra⁶. A crítica decolonial de Castro-Gómez expõe, retomando algumas críticas de Mignolo, as consequências equivocadas ou parciais da visão de que, no Império, colonialismo e imperialismo chegaram ao fim de seu próprio limite explicativo. Reconhece, no entanto, que

el concepto de Imperio permite avanzar un análisis crítico del capitalismo global que suplementa y, en algunos casos, reemplaza el diagnóstico realizado con el concepto de imperialismo. Hay reglas y actores imperiales que siguen siendo los mismos que fueron pensados con el concepto de imperialismo; en esto tienen razón los numerosos críticos del libro. Pero han surgido otras reglas y otros actores globales que el campo de visibilidad abierto por el concepto de imperialismo no permite ver y que se están tornando hegemónicos en la economía posfordista; en este aspecto el concepto de Imperio revela su importancia (Castro-Gómez, 2005:72).

Com efeito, o diagnóstico da invisibilidade e da informalidade pelas quais se movimentam as lógicas do Império pode ser criticado negativa e positivamente. Se, por um lado, a identificação concreta dos mecanismos imperiais atuais é difícil, porque fluida, por outro, esta mesma

impossibilidade alerta para a complexidade dos diferentes níveis, escalas e atores a serviço do “novo imperialismo”. O que há de novo no imperialismo para Harvey (2003; 2004) está relacionado a uma marca particular do capitalismo liderado pelos Estados Unidos, a qual ele denomina “acumulação por espoliação”. Wood (2014:10) também destaca sua especificidade em ser “o primeiro império verdadeiramente capitalista do mundo”, dominando-o não por uma colonização direta de um povo ou conquista de determinado território, mas pela manipulação dos mecanismos econômicos do capitalismo.

Uma vez que a literatura sobre imperialismo não prescinde de análises sobre o capitalismo, a literatura pós-colonial viu-se concentrada no fenômeno colonial em seus aspectos extraeconômicos. Esta observação estende-se para uma das tentativas melhor sucedida em atualizar o colonialismo, isto é, a teorização sobre a colonialidade pelo grupo M/C. Uma problematização mais sistemática sobre o problema do imperialismo é o capítulo ausente, o elo perdido do giro decolonial.

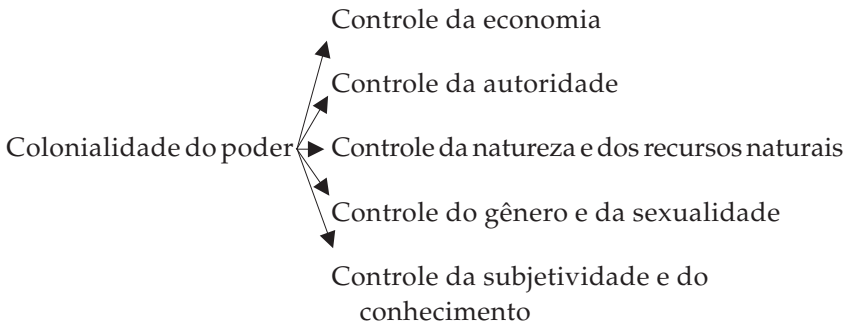
IMPERIALISMO COMO IMPERIALIDADE: O ELO PERDIDO DO GIRO DECOLONIAL

Não faz parte do escopo deste artigo recuperar as origens, a produção acadêmica, as influências teóricas, as polêmicas internas e as críticas externas ao grupo M/C.⁷ A intenção aqui é demonstrar como o núcleo duro da argumentação do M/C foi incapaz de articular a colonialidade com o imperialismo e que esta ausência contribui para a condução de um diagnóstico e prognóstico problemáticos, tanto em termos analíticos como normativos.

Propondo realizar um giro decolonial no século XXI, reescrever a história do mito de origem da modernidade a partir da conquista da “América” – e não a partir do “Iluminismo” – e amarrar de forma inextrincável a colonialidade à modernidade, tal programa de investigação procurou fixar, de maneira muito resumida, o seguinte diagnóstico e prognóstico:

– *Modernidade/Colonialidade*: A colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade, sua parte indissociavelmente constitutiva. Não existe modernidade sem colonialidade, assim como não poderia existir uma economia-mundo capitalista sem a invenção da América. A colonialidade é a continuação do colonialismo por outros meios. A colonialidade é global e se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, a

do saber e a do ser. A colonialidade do ser e do saber situam-se especialmente no último tipo de controle da colonialidade do poder. O conceito de colonialidade do poder foi alargado por Mignolo (2010: 12), a partir da elaboração original de Quijano (1992), da seguinte e exata forma:



Essa matriz foi inaugurada com a invenção da América e da americanidade, com a introdução de quatro novidades: colonialidade, etnicidade, racismo e a noção de novidade em si (Quijano e Wallerstein, 1992). À teoria do sistema-mundo de Wallerstein é somada a adjetivação característica “moderna/colonial” (Grosfoguel, 2008). A “América” passa a ser o ponto zero para a criação do sistema-mundo moderno/colonial. Esse projeto com vocação mundial de poder e dominação, é cúmplice com o aprofundamento do capitalismo, racismo e eurocentrismo; inaugura a divisão do trabalho global e a classificação dos povos baseadas na cor da pele e atravessa e perpassa o próprio fenômeno do colonialismo (Quijano, 2000). Daí que o projeto de descolonização não foi completo.

– *Modernidade/colonialidade/decolonialidade*: “A alternativa é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial” (Quijano, 1992: 10). Logo, não há possibilidade de decolonização dentro do quadro da modernidade. O giro decolonial significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da M/C (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007). A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da M/C. Se associada ao Pensamento Fronteiriço, ela resiste às cinco ideologias da modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo (Mignolo, 2003). De(s)colonizar ganha um sentido de afastamento da modernidade e de sua racionalidade, resgatando a subjetividade terceiro-mundismo desalinhada do capitalismo e do comunismo, da direita e da

esquerda, ao mesmo tempo em que não consegue escapar de um saudosismo pré-colonial.

Contudo, poder-se-ia perguntar: a lógica da colonialidade não implica necessariamente em uma relação colonial? Qual é a diferença entre a relação colonial e a relação imperial? Qual é a relação da colonialidade com o imperialismo? Descolonização não implica necessariamente em desimperialização? Sugere-se aqui que assim como o colonialismo pode ser compreendido como um resultado do imperialismo, a colonialidade deve ser compreendida como um resultado da Imperialidade, a lógica do imperialismo, na modernidade. Isso redireciona ou agrega novos sentidos para os esforços descolonizadores ou descolonizantes, atentos às estratégias de (re)imperialização. Se é verdadeiro que hoje o mundo se encontra em um registro de “colonialidade global” que perpetua o “colonialismo global” (Grosfoguel, 2008), defendo aqui que, sem uma “imperialidade global”, essa transformação não pode ser compreendida.

É certo, porém, que a ideia de imperialismo não é absolutamente ausente entre os autores e interlocutores do grupo M/C. Pelo contrário, as noções de império, imperialismo, pós-imperialismo e “diferença imperial” (Mignolo, 2003) aparecem repetidas vezes e em vários momentos na produção teórica do M/C. Mas é justamente o aparecimento deste vocabulário que demonstra a subexploração e o subdesenvolvimento da ideia de imperialidade. Diferentemente da extensão e da proliferação do conceito de colonialidade, não existe uma produção sistemática que a acompanha. Daí que uma imperialidade do poder, do ser e do saber não foram trabalhadas e que a ideia de descolonização não pressupõe uma desimperialização. A explicação de como a colonialidade é reproduzida não consegue ser demonstrada porque prescinde de uma força correspondente que a estimule e a perpetue, podendo sugerir, se não espontaneidade, uma ausência de atenção que enfraquece o alcance explicativo de como a colonialidade global é formada, quais são seus agentes, para que serve e a quais interesses precisos está servindo.

Para tentar articular melhor a relação contemporânea entre colonialismo e imperialismo, Escobar (2004) veio a combinar as dinâmicas da globalidade imperial com a colonialidade global. A nova forma de globalidade imperial baseada na liderança dos Estados Unidos articula uma ordem econômica, militar e ideológica que subordina pessoas, re-

giões e economias ao redor do mundo e que projeta uma colonialidade global sobre o conhecimento e a cultura dos grupos subalternos. Caracterizando a modernidade enquanto um fenômeno intraeuropeu, Escobar sugere que é preciso ir além da modernidade e do terceiro mundo, uma lógica classificatória dela derivada e que não foi capaz de articular soluções transcendentais aos projetos modernos de libertação nacional e socialismo.

Em uma perspectiva crítica ao grupo M/C, Ribeiro (2005) por sua vez ofereceu a noção de pós-imperialismo. O autor lembra que a análise sobre o colonialismo e seus efeitos ocorreu muito antes da ascensão dos estudos pós-coloniais e decoloniais, chamando atenção para o fato de que a transformação do colonialismo, e não do capitalismo, como central dessas análises subestima a importância dos Estados-nação e de suas elites para o entendimento das relações de poder no sistema-mundo. Defendendo que a pretensão imperial de hegemonia universal não deve ser válida para o Norte Global tampouco para o Sul Global, o autor oferece uma análise sobre o Brasil que problematiza sua inserção no ciclo colonial e (sub)imperial. O rótulo “pós-imperialismo” é uma tentativa de atualizar o imperialismo ao considerar o envolvimento do conjunto de Estados-nação diante dos efeitos do capitalismo flexível e do transnacionalismo, que alterou a compreensão de espaço-tempo para o próprio funcionamento do imperialismo. Associada à sua noção de cosmopolítica, o pós-imperialismo apareceria para o autor como um convite à imaginação criativa e audaz para o pensamento de uma América Latina depois do imperialismo.

Ambas tentativas são importantes para colocar o problema do imperialismo no interior da discussão sobre colonialidade/modernidade. Contudo, elas somam-se de maneira fragmentária ao *framework* decolonial.

A transformação da modernidade em outro mito de origem para o entendimento da colonialidade obscurece sua relação com o imperialismo e o capitalismo, construindo um mundo pré-moderno e pré-colonial idealizado. A construção das hierarquias das relações causais entre capitalismo, colonialismo, imperialismo, eurocentrismo, ocidentalismo, sexismo e racismo não é algo dado e finalizado; a modernidade passa a ser não somente um mito de origem, mas novamente – e outro – significativo vazio que incorpora todas essas formas de injustiça, desigualdade, opressão, exploração e dominação. Resistir ou sair da mo-

dernidade surge como uma alternativa opcional e viável, que extrapola as reais e concretas estratégias de sobrevivência e luta de pessoas, comunidades ou povos que recebem o enquadramento hoje em uma lógica “originária” ou “tradicional”.

Uma das originalidades do programa de investigação M/C, contudo, é justamente pensar o lado obscuro da Modernidade, como uma época, um processo, uma ideologia, uma lógica que positivou a razão, a civilização, o progresso e o desenvolvimento ocidentais através do expediente da violência colonial sobre as outras formas de pensar, sentir e atuar no mundo. Mas, ao trazer este outro lado da Modernidade, frequentemente apagado, o M/C obscureceu não somente as resistências possíveis dentro do quadro da modernidade, como também a imperialidade constitutiva de colonialidade. Assim, ao prosseguir com meu argumento de que a colonialidade é constitutiva da modernidade e a imperialidade é um constitutivo relacional da colonialidade, a contribuição de Slater (2007, 2010, 2011, 2014) obriga referência por ter sido até agora a que mais procurou desenvolver tal conceito.

A noção de “Imperialidade” foi por ele desenvolvida mais sistematicamente, propondo que a colonialidade do poder seja contrastada com aquilo que ele chama de “Imperialidade do Poder” (Slater, 2011). A imperialidade se refere a um direito, privilégio e sentimento de um ser imperial ou à defesa de um modo imperial de vida, no qual a invasão geopolítica do poder ocidental é legitimada ou desejada. Ela se reflete em um *ethos* imperial de cuidado percebido nas tentativas de levar progresso, civilização e democracia a outras sociedades com certa gratidão ou consentimento. Amparando-se na especificidade já assinalada por marxistas do poder imperial estadunidense, o autor destaca a abertura, o livre-mercado, as intervenções militares, a penetração de capital e a criação de bases militares, como algumas políticas imperiais que se diferem das formas coloniais tradicionais. Isso leva Slater a sugerir que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina são melhores captadas pela noção de imperialidade do poder do que pela de colonialidade do poder.

Em outra obra, Slater (2007) trouxe algumas contribuições contemporâneas sobre imperialismo para sugerir três elementos entrelaçados da relação imperial no contexto geopolítico marcado pela atual divisão Norte/Sul. Em primeiro lugar, a geopolítica da invasão ou o processo de penetração dos estados está relacionado com a noção de acumula-

ção por espoliação de Harvey (2003), na qual os recursos e as riquezas das sociedades periféricas são continuamente extraídos para o benefício dos centros imperiais.

Obviamente, esta relação não se restringe ao âmbito da economia política, invadindo multidimensionalmente as esferas política, cultural e psicológica. A violação da soberania em casos de transgressão do direito internacional dos países periféricos pode ser percebida como a negação do direito à autonomia e do direito de ser do outro das sociedades não ocidentais. O segundo aspecto se refere ao que Rajagopal (*apud* Slater, 2007) chamou de governabilidade (*governmentality*) imperial e que envolve a transferência de lógicas externas de racionalidade e de eficiência em torno das noções de desenvolvimento, boa governança, democracia, direitos de propriedade intelectual, entre outros.

Por fim, Slater destaca que o processo de penetração e imposição sobre as sociedades imperializadas é visto como algo desejável e benéfico, já que mobiliza a entrada e adesão a valores ocidentais supostamente superiores. Assim, “la imperialidad no se refiere sólo a una imposición (por la fuerza) de una de las partes sobre la otra, sino que se trata de una estructura de inteligibilidad de las relaciones que aceptan, en principio las dos partes” (Cairo, 2009:68).

As contribuições de Slater são importantes para recolocar o problema do imperialismo em uma perspectiva pós-colonial atenta, mas não subsumida, às dinâmicas da economia política no estágio da globalização e ao papel ainda central do Estado nesse processo. Particularmente no caso dos Estados Unidos, Slater (2007:66) traz ainda a identidade contraditória de seu “poder imperial pós-colonial”, ou seja, o fato de que a própria existência do país se deu mediante esforços anticoloniais seguidos de um desejo imperial rival da noção de pós-colonialismo. A mentalidade imperial para Slater está relacionada com o desejo, a vontade, a capacidade e legitimidade de expansão e intervenção do mundo ocidental em direção aos mundos não ocidentais. Por isso,

o desejo de intervir, de penetrar em outra sociedade para ajudá-la a reordenar, reajustar, modernizar, desenvolver, civilizar, democratizar essa mesma sociedade é parte essencial de qualquer projeto imperial” (Slater, 2007:67, tradução livre).

Chama-se atenção que, nas elaborações de Slater, a modernidade não possui um papel central para a explicação da imperialidade do poder,

pensada mais no exercício contemporâneo do imperialismo pelos Estados Unidos e menos como um polo relacional da colonialidade do poder desdobrada nos diferentes âmbitos e dimensões no plano global. Recentemente, o autor reforçou o entendimento da imperialidade como

um termo composto que evoca o direito, privilégio e sentimento do ser imperial ou a defesa das ideias de Império na qual se justifica a invasividade geopolítica de poder do Ocidente e, mais concretamente, dos Estados Unidos” (Slater, 2014:52, tradução livre).

Reconhecendo o desenvolvimento teórico de Slater, pretendo utilizar a noção de imperialidade de maneira diferente, optando pelo seu uso mais genérico sem agregar a noção “do poder”. Com isso, meu principal objetivo é o de chamar a atenção para o elo perdido do giro decolonial, ou seja, para o fato de que a ausência de teorização sobre imperialidade impede pensar a maneira pela qual a colonialidade, como lado obscuro da modernidade, é produzida e gerada em tempos de globalização neoliberal.

Imperialidade e Governança Global

Sugiro a impossibilidade do exercício da colonialidade sem imperialidade; que essa dinâmica necessariamente relacional constitui duplamente o lado obscuro da modernidade; e que as estratégias de desimperialização e descolonização devem se direcionar menos à modernidade e mais às suas duas lógicas capitalistas constitutivas, ou seja, à imperialidade e à colonialidade. Ao assumir que a colonialidade é a lógica do colonialismo, o mesmo raciocínio pode ser estendido para o imperialismo: como a colonialidade, a imperialidade sobrevive após o fim do imperialismo formal. A manutenção do marco da modernidade ainda parece útil porque compreende a estruturação do sistema capitalista ou sistema-mundo, já que a existência de colônias e impérios anteriores à modernidade não permite afirmar a inexistência de lógicas semelhantes à colonialidade e à imperialidade nas fases pré-capitalistas, mesmo sem a incorporação do continente americano. Em suma, a colonialidade e a imperialidade como causas ou consequências da modernidade remetem a uma questão de origem que o próprio pós-colonialismo rejeita trabalhar e que pouco contribui para sua superação no século XXI.

Se a imperialidade for entendida como o impulso de expansão e o desejo de intervenção da mentalidade imperial, tem-se um relacionamento necessário com a colonialidade: a imperialidade produz a colonialidade. Se a colonialidade exerce uma vocação mundial de certo padrão de poder que pode ser compreendido na hierarquização dos povos, controle das dimensões da vida e divisão global do trabalho, tem-se que este poder é antes imperial do que colonial. Nesse sentido, a imperialidade é a continuação do imperialismo por outros meios. É precisamente aqui que sua movimentação contemporânea deve procurar ser compreendida pela própria movimentação contemporânea do imperialismo.

A dinâmica geral do imperialismo produz um movimento político e econômico que estabelece entre estados, territórios, sociedades e economias “uma hierarquização com vetores de poder e submissão” (Mascaro, 2013:101). Assim, pode-se tomar a seguinte definição de imperialismo, entendido na construção contínua de uma hierarquia dos espaços políticos e econômicos mundiais – sem esquecer os culturais:

Ele [o imperialismo] se caracteriza por uma distinta posição do Estado e do capital em múltiplos territórios, envolvendo domínio, supremacia, subordinação e exploração, num processo de reprodução reiterado historicamente. A hierarquização é construída e mantida de modo material, por meio das relações sociais práticas e concretas de poder que articulam a economia, a política, a sociedade e a hegemonia tanto dos espaços dominantes quanto dos espaços dominados. Sua constante alimentação econômica é a tendência expansiva do capital, que, embora atrelado a formas políticas nacionais, não encontram nelas o seu limite. O imperialismo é um processo relacional, concreto socialmente e, raras vezes, fundado ou explicitado em categorias normativas políticas e jurídicas, embora possa eventualmente comportá-las – como no caso do colonialismo e das suas definições formais entre metrópole e colônia ou, nos tempos presentes, do privilégio assentado formalmente de alguns Estados no Conselho de Segurança da ONU (*idem*).

A ausência de mecanismos e arranjos explícitos a qual alude Mascaro reforça a noção de informalidade (Flint e Taylor, 2011), nebulosidade (Cox, 2005) e invisibilidade (Hardt e Negri, 2012) das novas dinâmicas imperiais. E, aqui, observo que sua complexificação – que obstaculiza uma observação empírica direta e que dilui as possibilidades de controle, responsabilidade e responsabilização – encontra na própria dinâmica da governança global um lugar propício para sua reprodução e

ampliação. Isso não significa que a imperialidade seja reproduzida exclusivamente pela governança global e que todas as ações oriundas da governança global sejam imperiais. Sugere, porém, que o imperialismo contemporâneo e seus múltiplos vetores de imperialidade não podem prescindir da captação das diferentes agendas, agências e espaços que sustentam múltiplos regimes da governança global em curso – neologismo que tem arquitetado o sistema internacional desde os anos 1990.

Em termos econômicos, a arquitetura do sistema internacional pós-1989 é assentada na profunda desregulamentação dos mercados com a cumplicidade dos Estados, no capitalismo de cassino (Strange, 1986), no neoliberalismo e na desvinculação entre o capital produtivo e financeiro – tendência percebida desde os anos 1970. Claramente, a suposta contra-hegemonia exercida por países “emergentes”, “em desenvolvimento” ou do Sul Global é estabelecida e permitida no interior da própria hegemonia. Regionalismos de diferentes tipos, como áreas livres de comércio, blocos regionais, grupos econômicos de países e agrupamentos políticos de países ao estilo BRICS, reforçam formas organizacionais que combinam diferentes escalas e zonas geográficas para o funcionamento da globalização econômica neoliberal.

Em termos políticos, e isto talvez seja o mais fundamental, à movimentação de estados individuais ou agrupados soma-se uma miríade muito heterogênea de atores que conectam o local e o global, transnacionalmente. A neoliberalização globalizada do mundo veio acompanhada e fundamentada na agenda política da governança global da década de 1990 (Sousa Santos, 2001), que introduziu a autoridade e a legitimidade de atores alocados no controverso conceito de sociedade civil global (Villa e Tostes, 2006). Economicamente liberada e politicamente não democrática, a governança global tornou-se um cenário estruturante da imperialidade e da colonialidade global. Daí que, para avançar sobre o entendimento de como ambas operam, é importante ater-se ao contexto da “governança sem governo” (Rosenau, 2000).

Com efeito, existe uma literatura crítica muito extensa e acumulada sobre governança global, seu caráter não democrático, o papel ambíguo jogado pela sociedade civil global e suas agendas globais pensadas pelo norte e aplicadas para o sul (Held, 1995; Chandhoke, 2002; Weiss, 2005; Cammack, 2005; Cox, 2005; Murphy, 2005; Duffield, 2005; Jaeger,

2007; Katz, 2007; Offe, 2009). No plano global, a ideia de governança assumiu o Estado como mais um ator da vida internacional. Sua grande novidade reside na proliferação, acompanhada por uma tentativa de legitimar e autorizar discursiva e prática, das crescentes autoridades privadas no nível global que regulam Estados – com sua própria anuência –, economia transnacional e vida social (Murphy, 2005). Ao desafiar a validade dos princípios constitutivos do Estado moderno – soberania, autonomia, legalidade, territorialidade – e da aplicação da teoria da democracia nos contextos nacionais, a globalização econômica neoliberal gerou um descompasso estrutural entre consentimento fundado na soberania popular e as decisões políticas tomadas por instituições governamentais, intergovernamentais, econômicas e blocos regionais (Held, 1995). A governança global entendida como seu expediente político concerta e orchestra um conjunto de estratégias econômicas, políticas e culturais aparentemente desconectadas, mas que estão ajustadas a uma infraestrutura coesa.

A governança sem governo está intimamente relacionada com o imperialismo sem império, expondo a insuficiência e inadequação do nacionalismo metodológico para analisar suas possíveis relações. Diferentemente do imperialismo clássico, ambientado em um sistema competitivo predominantemente interestatal, a imperialidade é reproduzida por vários agentes disponíveis com mais ou menos intencionalidade, isto é, com mais ou menos mentalidade e desejo imperial. Isto não significa dizer que não possuem agência, intenção, cálculo ou racionalidade; quer dizer que a complexidade da escala espaço-tempo das ações imperiais e a heterogeneidade de possíveis pessoas, grupos, organizações e instituições nelas envolvidas não permitem necessariamente uma autorreflexividade em relação às causas e consequências da ação (imperial).

Sabe-se que esta escala espaço-tempo foi profundamente alterada por novas noções de fronteira, pertencimento e identidade que envolvem as diferentes dinâmicas da globalização assimétrica e desigual – mobilidade física, tecnologias da informação e comunicação, espaço virtual, ação à distância, entre outros incentivos. Na intensificação das dinâmicas transnacionais, estados, empresas, indústrias, conglomerados, oligopólios, mídias corporativas, instituições financeiras, organizações internacionais (governamentais, intergovernamentais e não governamentais), fundações privadas, comunidades epistêmicas, entre muitos outros atores possíveis, a diluição entre o que é público e

privado, interno e externo, e mesmo lícito ou ilícito, dificultam formas de controle, transparência e responsabilidade/responsabilização. Um dos grandes paradoxos do sistema internacional sob a lógica da governança global é justamente a exigência deste tipo de fiscalização no âmbito interno dos Estados, embora não seja aplicada sobre si no conjunto de suas instituições.

Em termos de observação empírica e agenda de pesquisa, a imperialidade subjacente à governança global oferece um imenso universo de possibilidades que atravessa as grandes agendas internacionais e sua instrumentalização para fins imperiais – democracia, direitos humanos, segurança, desenvolvimento, meio ambiente, cooperação, ajuda humanitária, combate ao terrorismo. Ou seja, muito mais que ações imperiais evidentes, frequentemente lembradas pela sua semelhança com o velho imperialismo, especialmente a partir do 11 de setembro de 2001 – invasão, intervenção, transferências de armamentos, criação de zonas de conflito, exércitos mercenários, bases militares (Iraque, Afeganistão, entre outros) –, a imperialidade pode ser manifestada em agendas pacíficas e colaborativas. Nos casos acima, nota-se, a impunidade mediante as violações do direito internacional, dos direitos humanos e das decisões da ONU é o que permite o pensamento de países com configuração de Império e dos limites desse próprio sistema de proteção.

Afora tais agendas que envolvem diversos programas e acordos internacionais – inclusive, uma nova forma de assistência partidária multilateral (Cabaco, 2013) –, as estratégias de hierarquização dos espaços, geografias, povos e países são perceptíveis na criação e na proliferação de *rankings* internacionais para classificação e medição de democracia, liberdade, transparência, corrupção e correlatos. Os *rankings* internacionais obedecem e correspondem a uma nova estratégia classificatória que cria índices ideais e não ideais de comportamento biopolítico, valorização e valoração de determinadas práticas. As nomenclaturas para definição da força dos Estados – falidos, falhados, colapsados, fracos – reforça este projeto construído pela imperialidade.

A informalidade, invisibilidade e nebulosidade das práticas coloniais e imperiais contemporâneas desdobram-se em um conjunto de agendas aplicadas desde os níveis micros e locais, com maior ou menor consentimento e adesão típicos também da noção gramsciana de hegemonia. Desde a observação do funcionamento do colonialismo interno,

sabe-se o quanto o local e o nacional tornam-se fundamentais para a reprodução da colonialidade. Um concerto não necessariamente harmônico de agentes, atores e organizações conjugam, traduzem e compatibilizam as macro e microdinâmicas imperiais e coloniais, através de diferentes expedientes, arranjos, discursos, práticas, instituições, níveis e escalas. Isso, porém, não inclina ao pensamento raso de que todas as instituições internacionais estão a serviço do imperialismo e do colonialismo.

Assim, o imperialismo atual não pode ser compreendido somente a partir da atuação de um único Estado-nação – ainda que a noção de multipolaridade seja inadequada por sugerir um equilíbrio de influência e poder econômico, militar, político e cultural global e simetricamente distribuído. Ao mesmo tempo, pensar em termos de uma unipolaridade ocidental sob a hegemonia dos Estados Unidos não deve desconsiderar a ascensão e o protagonismo de países subimperiais em suas respectivas regiões.

Por fim, retorna-se à pergunta central deste artigo: é possível pensar em colonialidade sem imperialidade? Acrescentando outra: até que ponto o antagonismo para a superação da imperialidade e da colonialidade deve ser dirigido à modernidade? A seguir, tentou-se sistematizar estas respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo pretendi questionar a ausência de um desenvolvimento mais sistemático acerca da imperialidade no interior do programa de investigação M/C, argumentando que esta lacuna impossibilita o entendimento de mecanismos de reprodução da colonialidade. Assim, propus que a imperialidade (a) deve ser considerada como a lógica do imperialismo à semelhança da colonialidade; (b) que a colonialidade não pode ser explicada sem a imperialidade; (c) que atualmente a imperialidade – e, logo, a colonialidade – está em uma das suas frentes atreladas às dinâmicas da governança global; e que (d) a descolonização implica estratégias que têm mais a ver com uma desimperialização do que com a rejeição da modernidade. Isso porque, ao mesmo tempo em que a modernidade produz imperialidade e colonialidade, ela também é capaz de fornecer resistências múltiplas à colonialidade reproduzida pela imperialidade. Logo, a rejeição completa da modernidade implica a própria anulação da possibilidade de se chegar aos meios

que permitem questionar a modernidade e a colonialidade. A modernidade, ao criar imperialidade e colonialidade, fornece as condições para a decolonialidade desde então em marcha.

Embora por vezes utilizados como sinônimos ou com frouxidão conceitual, imperialismo e colonialismo são dois fenômenos diferentes, cuja relação não é de simples causa e efeito, ainda que sempre implique um processo relacional. A imperialidade pode ser definida como uma força ativa e propulsora necessária para a reprodução da colonialidade, pois é dela que deriva a mentalidade e o desejo imperial. A imperialidade não deixa de ser uma atitude, uma prática, uma ação ou um modo de controle sobre os outros. Este impulso de expansão, típico do capitalismo moderno, pratica-se de diferentes formas: invasão, intervenção e espoliação. Mas este conjunto que se expressa na maioria das vezes de maneira informal, imperceptível ou nebuloso, implica diferentes cargas de intencionalidade e autorreflexividade de seus atores ou agentes.

Neste sentido, a colonialidade somente é a consequência necessária da imperialidade quando seus mecanismos obtêm êxito na produção de uma relação imperial/colonial. Imperialidade e colonialidade, portanto, constituem dois polos relacionais e necessários para o entendimento das lógicas do imperialismo e do colonialismo, em um sentido capitalista moderno. A existência de formas imperiais e coloniais anteriores à modernidade capitalista não permite empiricamente afirmar que imperialidade e colonialidade sejam lógicas que, apesar de deduzidas de um fenômeno moderno, nunca existiram.

A resistência à imperialidade como força proativa localiza-se na zona da colonialidade, através da decolonialidade enquanto força reativa. Em outras palavras, o colonialismo historicamente sofreu diferentes tipos de resistência por parte dos colonizados e colonizadas, mesmo e apesar das múltiplas agências que envolvem a concretização da relação colonial. Em um processo receptivo, que pode ser mais ou menos reativo, a relação colonial marcada pela colonialidade não pode ser entendida sem os impulsos expansionistas e proativos da imperialidade; o poder colonial não pode desconsiderar o poder imperial que o impulsiona primeiramente. Como entender o colonialismo ibérico – supostamente originário da colonialidade – no continente “latino-americano” sem compreender a imperialidade ultramarina de Espanha e Portugal?

A divisão global do trabalho intelectual entre marxistas e pós-decoloniais sobre imperialismo e colonialismo, respectivamente, derivou desta ideia contraproducente de que o imperialismo é restrito à esfera econômica, enquanto o colonialismo, à esfera cultural. As análises marxistas acabaram por se concentrar em um nível macrocapital para a observação das relações de poder imperial em termos econômicos, ao tempo em que as análises pós-coloniais apostaram nos microplanos da reprodução de poder colonial, em termos de sujeito, identidade e conhecimento. A política aparece no meio do caminho, embora a forte presença da noção de poder no pós-colonialismo apareça como sua reivindicação de maneira apartada da economia.

O grupo M/C, por seu turno, trouxe contribuições importantes para a contemporização do colonialismo através das noções de colonialidade do ser, saber e poder. Subestimou, contudo, o problema da imperialidade como imperialismo, construindo a modernidade como uma categoria abstrata que inaugurou o ciclo das injustiças, desigualdades, explorações, dominações e opressões imperiais/coloniais. Não seria a modernidade mais um mito de origem ou um ponto zero da injustiça tão criticado pelos autores decoloniais?

A vinculação definitiva entre modernidade e colonialidade como seu lado sombrio e fundante não deixa espaço para qualquer tipo de resistência à imperialidade e à colonialidade dentro do quadro da modernidade: a rejeição e a negação da modernidade passou a ser certa consequência lógica para qualquer prática ou discurso de(s)colonizador. Curiosamente, é precisamente a este movimento que as principais críticas aos estudos decoloniais destinam-se com mais força: é como se na modernidade pouco houvesse manobras para a libertação/emancipação humanas.

A negatização da modernidade como um todo, essencializada a partir do seu *dark side*, acaba por desembocar de forma mais ou menos problemática no elogio da tradição nativa e na nostalgia do purismo autóctone. Lembra-se que este mesmo alerta já se fez presente desde os precursores do pós-colonialismo anticolonial, como em Aimé Césaire e Frantz Fanon. Mas, talvez, o ponto mais problemático seja: o que fazer diante tal diagnóstico da modernidade? Rejeitá-la ou recusá-la, este parece ser um caminho complicado por várias razões, mas, sobretudo, pelo convite a um imaginário de um passado não colonial intacto, livre de injustiças, desigualdades e exclusões. Também, pela sensação de

que a saída ou o não contato com a modernidade é uma opção disponível a todos nós. Ainda que a discussão sobre modernidades múltiplas e híbridas possam carregar certa pós-modernidade negociada, que apaga o presente colonial e imperial, essa discussão não é nova, sendo feita por diferentes autores que buscam equilibrar as alternativas dentro da modernidade⁸.

Tende-se a concordar com certa análise explorada de que a atribuição à modernidade pelo início das formas de opressão, exploração e dominação relacionadas ao imperialismo e ao colonialismo acaba por deslocar a atenção sobre a forma de capitalismo que permitiu sua estruturação e sistematização. Ainda assim, os grandes processos que permanecem por acentuar as injustiças e as desigualdades de gênero, raça e classe entre pessoas, coletividades e povos – capitalismo, imperialismo, colonialismo, racismo, sexismo, androcentrismo, eurocentrismo, ocidentalismo – possuem relações variadas de origem, reprodução e reforço, tanto entre si quanto com relação à modernidade. Localizar na modernidade um ponto zero para a origem de todos esses processos pode ser algo improdutivo ou inválido historicamente. Destaca-se, como exemplo, a discussão sobre colonialidade e gênero – que estende a noção de sistema-mundo moderno/colonial para sistema-mundo moderno/colonial de gênero –, que realiza uma associação problemática, posto que originária, entre patriarcado e modernidade (Lugones, 2008).

Para as agendas futuras de pesquisa, uma grande tarefa que se impõe é compreender por quais caminhos a imperialidade e a colonialidade se movimentam hoje através de suas escalas espaciais-temporais, agendas e atores. As práticas coloniais sempre foram caracterizadas pela exigência da imperialidade sobre o cruzamento e o contato entre territórios diferentes e distantes, antes mesmo da consolidação da figura Estado-nação e as consequentes práticas denominadas transnacionais e internacionais. Nesta nova etapa do imperialismo, que tantos autores se esforçaram por compreender, a noção de espaço e escala passa a ser fundamental para o entendimento de suas velhas e novas cartografias, tornando a geografia política uma disciplina indispensável para o diálogo.

Imperialidade e colonialidade são ambas as faces obscuras e constitutivas da modernidade, mas a modernidade possui vários lados além do seu lado obscuro. Daí que os esforços para a decolonização devem

ser dirigidos à imperialidade e não necessariamente à modernidade; que a resistência à imperialidade depende de um imaginário decolonial capaz de processar a modernidade a partir de suas ferramentas disponíveis. Não enxergar na modernidade possibilidades de rupturas, resistências, alternativas e contra-hegemonias significa recusar as próprias transformações decoloniais que existem dentro da modernidade, a história dos movimentos sociais e populares (que encontram seu próprio lugar e definem seu próprio relacionamento com a modernidade) ou a importância de diferentes revoluções anticoloniais para a descolonização. Essencializar negativamente os cinco séculos de modernidade para combatê-la acaba por deslocar os três processos (ainda) em questão no século XXI – capitalismo, colonialismo e imperialismo –, engessando a possibilidade das lutas pela desimperialização e pela descolonização do mundo, sem os recursos e as interações disponibilizadas pela própria modernidade.

(Recebido para publicação em outubro de 2014)

(Reapresentado em janeiro de 2016)

(Aprovado para publicação em março de 2017)

NOTAS

1. Sobre o eurocentrismo do marxismo, ver especialmente Lander (2006).
2. Referência às teses de Hobson, Hilferding, Kautsky, Bernstein, Lenin, Bukharin, Luxemburgo.
3. A paternidade do conceito de América Latina é controversa e disputada. As principais versões concorrentes atribuem sua primeira menção ao colombiano Torres Caicedo, ao chileno Bilbao ou ainda ao colombo-panamenho Justo Arosemena (Bethell, 1999).
4. O pertencimento particular à história colonial e imperial europeia pode ser atribuído à riqueza do pensamento político e social latino-americano, preocupado desde sua gênese com questões relacionadas à independência, integração, identidade, anticolonialismo, colonialismo, imperialismo, entre outros. O campo teórico crítico e/ou marxista latino-americano acumula um volume de trabalhos fundamentais sobre imperialismo. O etapismo contido na literatura marxiana e marxista ocidental prestou-se a intervenções críticas pelo seu marcado eurocentrismo. No livro-documento *El Antiimperialismo y el APRA* [1936], Haya de la Torre procurou sustentar que, nos países “imperializados” com economias primitivas e retardadas, o imperialismo não poderia conformar a última fase do capitalismo tal como teorizado por Lenin, e sim a primeira (Haya de la Torre, 2010). Anos depois, Fanon (apud Gordon, 2009) realizou um raciocínio semelhante ao afirmar que a ausência de infraestrutura nas colônias acabava por equivalê-la à superestrutura, contextualizando e descolonizando a ideia original de Marx.
5. Recentemente, o comitê reiterou o pedido de independência de Porto Rico. Os territórios não autônomos são: Polinésia Francesa, Gibraltar, Nova Caledônia, Saara Ocidental, Samoa Americana, Anguilha, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimã, Guam, Montserrat, Ilhas Picárnia, Santa Helena, Ilhas Turks e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Toquelau e Malvinas. A grande maioria destes territórios é de caráter insular, sendo que dez territórios estão sob a administração do Reino Unido e três dos Estados Unidos (United Nations, 2014).
6. Ernest Mandel, Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff, James O'Connor, Andrew Shonfield, Ignacy Sachs, Paul Mattick, Elmar Altvater, Maurice Dobb; Samir Amin, Giovanni Arrighi, Noam Chomsky, Robert Cox, Immanuel Wallerstein (Boron:18, 20). De outra parte, a lacuna sobre intervencionismo imperialista na América Latina ignora os trabalhos de Pablo González Casanova, Agustín Cueva, Ruy Mauro Marini, Gregorio Selser, Gerard-Pierre Charles, Eduardo Galeano, Theotônio dos Santos, Juan Bosch, Hélio Jaguaribe, Manuel Maldonado Denis (*ibidem*: 24).
7. Ver respectivamente Escobar (2003); Restrepo e Rojas (2010); Rivera Cusicanqui (2010); Domingues (2011); Ballestrin (2013); Grosfoguel (2013).
8. Domingues (2011; 2013) elaborou uma das mais sofisticadas análises mundiais sobre a modernidade na América Latina e os perigos antimodernos que sua rejeição simplista provoca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMAD, Aijaz. (2002), *Linhagens do Presente*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- ALATAS, Syed Farid. (2003), “Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences”. *Current Sociology*, vol. 51, nº 6, pp. 599-613.
- BALLESTRIN, Luciana. (2013), “América Latina e o Giro Decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, pp. 89-117.
- BETHELL, Leslie. (1999), “O Brasil e a Ideia de ‘América Latina’ em Perspectiva Histórica”. *Estudos Históricos*, vol. 22, nº 44, pp. 289-321.
- BORON, Atilio. (2002), *Império, Imperialismo: Uma Leitura Crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires, Clacso.
- CABACO, Susana. (2013), “Multilateral Political Party Assistance on Societies in Transition to Democracy: A Critical Review”. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, vol. 1, nº 2, pp. 100-120.
- CAIRO, Heriberto. (2009), “La Colonialidad y la Imperialidad en el Sistema-mundo”. *Vento Sur*, nº 100, pp. 237-242.
- CAMMACK, Paul. (2005), “The Governance of Global Capitalism: A New Materialist Perspective”, in R. Wilkinson (ed.), *The Global Governance Reader*. UK, Routledge, pp. 156-173.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. (2005), *La Poscolonialidad Explicada a los Niños*. Bogotá, Universidad del Cauca/Instituto Pensar.
- ; GROSFOGUEL, Ramón (org.). (2007), *El Giro Decolonial: Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- CÉSAIRE, Aimé. (1978) [1955], *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- CHANDHOKE, Neera. (2002), “The Limits of Civil Global Society”, in M. Glasius; M. Kaldor; H. Anheier (eds.), *Global Civil Society Yearbook 2002*. Disponível em <<http://www.lse.ac.uk/Depts/global/yearbook02chapters.htm>>. Acessado em agosto de 2005.
- COX, Robert. (2005), “Global Perestroika”, in R. Wilkinson (ed.), *The Global Governance Reader*. UK, Routledge.
- DIRLIK, Arif. (1994), “The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism”. *Critical Inquiry*, vol. 20, nº 2, pp. 328-356.
- DOMINGUES, José Maurício. (2011), *Teoria Crítica e (Semi)periferia*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- . (2013), *Modernidade Global e Civilização Contemporânea: Para uma Renovação da Teoria Crítica*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- DUFFIELD, Mark. (2005), “Governing the Borderlands: Decoding the Power of Aid”, in R. Wilkinson (ed.), *The Global Governance Reader*. UK, Routledge, pp. 204-216.

- DUSSEL, Enrique. (1993), *1492: O Encobrimento do Outro (A Origem do Mito da Modernidade)*. Petrópolis, Vozes.
- ESCOBAR, Arturo. (2003), "Mundos y Conocimientos de Otro Modo: El Programa de Investigación Modernidad/Colonialidad Latinoamericano". *Tabula Rasa*, nº 1, pp. 51-86.
- . (2004), "Beyond the Third World: Imperial Globality, Global Coloniality, and Anti-Globalization Social Movements". *Third World Quarterly*, vol. 25, nº 1, pp. 207-230.
- FANON, Frantz. (2008) [1952], *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Salvador, Edufba.
- FERRO, Marc. (2008), *História das Colonizações: Das Conquistas às Independências, Séculos XIII a XX*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FLINT, Colin; TAYLOR, Peter. (2011), *Political Geography: World Economy, Nation State and Locality*. UK, Pearson Education.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. (2006), "Colonialismo Interno [Una Redefinición]", in A. Boron et al. (orgs.), *La Teoría Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas*. Buenos Aires, Clacso.
- GORDON, Lewis R. (2008), Prefácio de *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Salvador, Edufba.
- . (2009), "Fanon y el Desarrollo: Una Mirada Filosófica", in W. Mignolo (org.), *La Teoría Política en la Encrucijada Descolonial*. Buenos Aires, Del Signo.
- GROSGOUEL, Ramon. (2008), "Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: Transmodernidade, Pensamento de Fronteira e Colonialidade Global". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, pp. 115-147.
- . (2013), "Entrevista Analéctica". *Revista Eletrônica de Pensamento Crítico*. Disponível em <<http://www.analectica.org/entrevista-a-ramon-grosfoguel/?>>. Acessado em: agosto, 2014.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. (2012), *Império*. Rio de Janeiro, Record.
- HARVEY, David. (2003), *El Nuevo Imperialismo*. Madrid, Akal.
- . (2004), *O "Novo" Imperialismo: Acumulação por Espoliação*. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05aharvey.pdf>>. Acessado em fevereiro de 2014.
- HAYA de la TORRE, Víctor Raúl. [1936], *El Antiimperialismo y el APRA*. Lima, Fondo Editorial del Congreso del Perú. Disponível em: <http://www4.congreso.gob.pe/comisiones/2009/cem_VRHT/documentos/EL_ANTIIMPERIALISMO_Y_EL_APRA.pdf>. Acessado em maio de 2017.
- HELD, David. (1995), *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Stanford, CA, Stanford University Press.
- JAEGGER, Hans-Martin. (2007), "'Global Civil Society' and the Political Depoliticization of Global Governance". *International Political Sociology*, vol. 1, nº 3, pp. 257-277.
- KATZ, Hagai. (2007), "Gramsci, Hegemonia e as Redes da Sociedade Civil Global". *REDES, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, vol. 12, nº 2. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93101202>>. Acessado em julho de 2008.

- LANDER, Edgardo. (2006), “Marxismo, Eurocentrismo e Colonialismo”, in A. Boron et al. (orgs.), *A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas*. Buenos Aires, Clacso.
- LENIN, Vladimir I. (2012) [1916]. *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*. São Paulo, Expressão Popular.
- LUGONES, María. (2008), “Colonialidad y Género”. *Tabula Rasa*, nº 9, pp. 73-101.
- LOOMBA, Ania. (2005), *Colonialism/Postcolonialism*. New York, Routledge.
- MARINI, Ruy Mauro. (1977), *La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo*. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm>. Acessado em agosto de 2014.
- MARX, Karl. (2013), *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo, Boitempo.
- ; ENGELS, Friedrich. (s/d), *Acerca del Colonialismo*. Moscou, Editorial Progreso.
- MASCARO, Alysson Leandro. (2013), *Estado e Forma Política*. São Paulo, Boitempo.
- MELLINO, Miguel. (2008), *La crítica Pós-colonial: Descolonización, Capitalismo y Cosmopolitismo en los Estudios Poscoloniales*. Buenos Aires, Paidós.
- MIGNOLO, Walter. (1998), “Postoccidentalismo: El Argumento desde América Latina”, in S. Castro-Gómez; E. Mendieta (coords.), *Teorías sin Disciplina: Latinoamericanismo, Poscolonialidad y Globalización en Debate*. México, Miguel Ángel Porrúa.
- . (2003), *Historias Locales/Diseños Globales: Colonialidad, Conocimientos Subalternos y Pensamiento Fronterizo*. Madrid, Ediciones Akal.
- . (2010), *Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad*. Buenos Aires, Del Signo.
- MURPHY, Craig. (2005), “Global Governance: Poorly Done and Poorly Understood”, in R. Wilkinson (ed.), *The Global Governance Reader*. UK, Routledge, pp. 90-104.
- NKRUMAH, Kwame. (2014) [1965], *Neo-Colonialism, Last Stage of Imperialism*. Disponível em <<http://www.marxists.org/subject/africa/nkrumah/neo-colonialism/>>. Acessado em fevereiro de 2014.
- OFFE, Claus. (2009), “Governance: An ‘Empty Signifier’?” *Constellations*, vol. 16, nº 4, pp. 550-562.
- OTO, Alejandro de (org.). (2012), *Tiempos de Homenajes/Tiempos Descoloniales: Frantz Fanon*. Buenos Aires, Del Signo.
- QUIJANO, Aníbal. (1992), *Colonialidade e Modernidade-racionalidade*. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acessado em março, 2011.
- . (2000), “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”. *Journal of World-Systems Research*, vol. 11, nº 2, pp. 342-386.
- ; WALLERSTEIN, Immanuel. (1992), “La Americanidad como Concepto, o América en el Moderno Sistema Mundial”. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, vol. XLIV, nº 4, pp. 583-591.
- RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. (2010), *Inflexión Decolonial: Fuentes, Conceptos y Questionamientos*. Colombia, Editorial Universidad del Cauca.

- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2005), *Post-imperialism: A Latin American Cosmopolitics*. Brasília. Disponível em <http://www.academia.edu/4497219/Postimperialism._A_Latin_American_Cosmopolitics>. Acessado em março de 2014
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. (2010), *Ch'ixinakax Utxiwa: Una Reflexión sobre Prácticas y Discursos Descolonizadores*. Buenos Aires, Tinta Limón.
- ROSENAU, James. (2000), *Governança sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília, Editora da UnB.
- SAID, Edward. (2007) [1978], *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- . (2011) [1993], *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SHOAT, Ella. (1992), "Notes on the 'Post-colonial'". *Social Text*, nº 31/32, Third World and Post-Colonial Issues, pp. 99-113.
- SLATER, David. (2007), "Imperial Power and Democratic Imaginations". *Revista Sociedad y Economía*, nº 12, pp. 60-78.
- . (2010), "The Imperial Present and the Geopolitics of Power". *Geopolítica(s), Revista de Estudios sobre Espaço y Poder*, vol. 1, nº 2, pp. 191-205.
- . (2011), "Latin America and the Challenge to Imperial Reason: A Cometary on Arturo Escobar's Paper". *Cultural Studies*, vol. 25, nº 3, pp. 450-458.
- . (2014), "Intervenciones y la Geopolítica de lo Imperial". *Geopolítica(s), Revista de Estudios sobre Espaço y Poder*, vol. 5, nº 1, pp. 35-62.
- STRANGE, Susan. (1986), *Casino Capitalism*. Oxford, Blackwell.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. (2002), "Os Processos de Globalização", in B. Sousa Santos (org.), *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, pp. 25-102.
- UNITED NATIONS. (2014), *The United Nations and Decolonization*. Disponível em <<http://www.un.org/en/decolonization/>>. Acessado em março de 2014.
- VILLA, Rafael Duarte; TOSTES, Ana Paula. (2006), "Democracia Cosmopolita versus Política Internacional". *Lua Nova*, nº 66, pp. 69-107.
- WEISS, Thomas. (2005), "Governance, Good Governance, Global Governance": Conceptual and Actual Challenges, in R. Wilkinson (ed.), *The Global Governance Reader*. UK, Routledge, pp. 68-88.
- WOOD, Ellen Meiksins. (2014), *O Império do Capital*. São Paulo, Boitempo.

RESUMO

Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial

O “giro decolonial” ao adaptar o argumento pós-colonial para a América Latina, compreende que a colonialidade é a face oculta e constitutiva da modernidade. Ao constatar criticamente que o problema do imperialismo é subdesenvolvido pelos seus principais teóricos, lanço as seguintes indagações: é possível pensar na relação entre colonialidade e modernidade, sem a dinâmica da “imperialidade”? Como explicar a reprodução das novas formas de colonialismo sem a consideração das novas formas de imperialismo? Neste artigo, assim, proponho o conceito de Imperialidade como uma lacuna que impede a explicação dos mecanismos de reprodução da colonialidade. Ao entendê-la como lógica do imperialismo, constitutiva e relacional da colonialidade, observo ainda que as estratégias de descolonização devem ser muito mais dirigidas à “Imperialidade” do que à modernidade propriamente dita. A informalidade, invisibilidade e nebulosidade dos mecanismos contemporâneos de Imperialidade reproduzem o imperialismo sem império através da governança sem governo no contexto global.

Palavras-chave: Imperialismo/imperialidade; Colonialismo/colonialidade; marxismo; pós-colonialismo; governança global

ABSTRACT

Can Modernity/Coloniality Exist without “Imperiality”? The Missing Link in the Decolonial Shift

In an adaptation of the postcolonial argument for Latin America, the *giro decolonial* [decolonial shift] suggests that coloniality is the hidden and constitutive face of modernity. By critically claiming that the problem of imperialism is under developed by its main theorists, I would like to ask the following series of questions: can the relationship between coloniality and modernity be considered without the dynamic of “imperiality”? How can the reproduction of new forms of colonialism be accounted for without a consideration of the new forms of imperialism? In order to address such questions, I therefore propose the concept of imperiality as a void hindering an explanation for the mechanisms propagating coloniality. By understanding it as the logic of imperialism, which is an integral part of, and directly related to, coloniality, I further observe that the strategies of decolonization should be targeted at “imperiality” rather than modernity itself. The informality, invisibility, and nebulosity of the contemporary mechanisms of imperialism reproduce an empire-less imperialism in the global context by means of government-less governance.

Keywords: Imperialism/imperiality; Colonialism/coloniality; Marxism; Postcolonialism; global governance

RÉSUMÉ

Modernité/Colonialité sans "Impérialité"? Le Chaînon Manquant du Virage Décolonial

Le "virage décolonial", en adaptant l'argument postcolonial à l'Amérique latine, suggère que la colonialité constitue la face cachée et constitutive de la modernité. Si l'on part de la constatation critique de ce que le problème de l'impérialisme est sous-estimé par ses principaux théoriciens, les questions suivantes se posent: est-il possible de penser la relation entre colonialité et de la modernité sans y inclure la dynamique de l'"impérialité"? Comment expliquer la reproduction des nouvelles formes de colonialisme sans prendre en compte les nouvelles formes d'impérialisme? Dans cet article, je proposerai ainsi le concept d'Impérialité en tant que lacune empêchant l'explication des mécanismes de reproduction de la colonialité. Si l'on entend cette impérialité comme logique de l'impérialisme constitutive et indissociable de la colonialité, on verra que les stratégies de décolonisation doivent s'adresser d'abord à elle plutôt qu'à la modernité proprement dite. L'informalité, l'invisibilité et la nébulosité des mécanismes contemporains de l'impérialité reproduisent dans le contexte global un impérialisme sans empire au moyen d'une gouvernance sans gouvernement.

Mots-clés: impérialisme/impérialité; colonialisme/colonialité; marxisme; post-colonialisme; gouvernance globale

RESUMEN

¿Modernidad/Colonialidad sin "Imperialidad"? El Eslabón Perdido del Giro Decolonial

El "giro decolonial", al adaptar el argumento poscolonial a América Latina, comprende que la colonialidad es la cara oculta y constitutiva de la modernidad. Una vez constatado críticamente que el problema del imperialismo ha sido poco desarrollado por sus principales teóricos, planteo las siguientes cuestiones: ¿Es posible concebir la relación entre colonialidad y modernidad sin la dinámica de la "imperialidad"? ¿Cómo explicar la reproducción de las nuevas formas de colonialismo sin tener en consideración las nuevas formas de imperialismo? Por tanto, en este artículo, propongo el concepto de imperialidad como una laguna que impide explicar los mecanismos de reproducción de la colonialidad. Al entenderla como lógica del imperialismo, constitutiva y relacional de la colonialidad, observo además que las estrategias de descolonización deben estar mucho más dirigidas a la "imperialidad" que a la modernidad propiamente dicha. La informalidad, la invisibilidad y la nebulosidad de los mecanismos contemporáneos de imperialidad reproducen el imperialismo sin imperio a través de la gobernanza sin gobierno en el contexto global.

Palabras clave: Imperialismo/imperialidad; colonialismo/colonialidad; marxismo; poscolonialismo; gobernanza global